

AS LÍNGUAS NA ALSÁCIA



Arlette Bothorel-Witz



INTRODUÇÃO

A questão das línguas na Alsácia¹ suscita, para além dos apaixonados debates que ressurgem na actualidade relativamente à *Carta Europeia das Línguas Minoritárias ou Regionais*, visões contraditórias e não menos ideológicas (no sentido próprio do termo) na literatura especializada.

Se repararmos simplesmente nas línguas coexistentes, as suas denominações respectivas indicam importantes divergências fundamentadas de formas diversas. Revelam essencialmente a apreciação muito variável do lugar do alemão na constelação actual, das suas relações de inclusão ou de exclusão com os dialectos alsacianos em sincronia e, paralelamente, a polissemia dos termos (em função do contexto onde são empregados): "alemão" e "língua regional"². Os problemas subjacentes nesta primeira constatação são reforçados pelas insuficiências duma representação do "francês" e dos dialectos que são, respectivamente, identificados como único código-norma de prestígio e como uma variedade diatópica e sociolectal não marcada pelos efeitos da modernidade.

Para não reduzir a complexidade da situação alsaciana, tentaremos, combinando as abordagens sociolinguística e psicosociológica, dar conta da dinâmica das mudanças sociolinguísticas que influíram no enquadramento da situação alsaciana e dos factores socio-situacionais que regulam as diversas modalidades de interacções, assim como delimitar as representações psico-sociolinguísticas e, por conseguinte, as causas determinantes "mais nucleares" dos usos linguísticos.



1 Esta comunicação retoma, em parte, aspectos tratados em artigos já publicados ou em curso de publicação: BOTHOREL-WITZ A./HUCK D., 1995, 1996, 1998; BOTHOREL-WITZ A., 1997 de., 1998, 1999.

2 Para um exame crítico dos trabalhos existentes e os problemas de designação das línguas e as suas denominações, ver BOTHOREL-WITZ, 1995, 218-224.

Aproximação sociolinguística

Conhecimento e práticas declaradas das línguas

A diferença doutras regiões francesas,³ a Alsácia suscitou o interesse linguístico do Estado que se traduziu, desde 1918, em inquéritos susceptíveis de medir o grau de penetração do francês. Estes dados oficiais que virão ser, após 1979, regularmente completados por diversas sondagens (que, porém, não abrangerão em diante o conjunto da população) constituem preciosos indicadores de tendências dos quais convém, no entanto, avaliar as suas limitações. Marcados pelo contexto sociopolítico do momento, os dados quantitativos abundam progressivamente numa apreciação subjectiva de variedades linguísticas que não têm nem as mesmas funções e estatutos, nem os mesmos valores sociais e simbólicos; e não permitem, por último, apreciar nem as práticas, nem a competência reais dos falantes.

Tabela 1. Conhecimento declarado das línguas: Os valores indicados referem-se às línguas que o sujeito declara saber falar.

	Dialecto	Francês	Alemão
1931	86,7%	52,4%	Aprox. 80%
1936	Aprox. 87 %	55,6%	Aprox. 80%
1946	90,8%	66,5%	Aprox. 84%
1962	84,7 %	80,7 %	61,8 %
1979	74,7 %	-	79,7 %
1986	71,7 %	-	-
1989	62 %	-	62 %
1991	67 %	-	-
1992	60 %	-	-
1998	62 %	-	-

Fontes :

I.N.S.E.E. 1956, 1962, 1979.

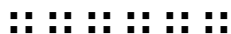
ISERCO-DNA1986 / ISERCO - Land und Sproch 1991/1992

DNA/CSA Opinion 1998.

No exame das cifras relativas ao conhecimento declarado das línguas entre 1931 e 1992, a Tabela 1 mostra até que ponto o equilíbrio de forças entre as línguas coexistentes se viu alterado durante os cinquenta últimos anos. Numa primeira

³ Para outras regiões francesas, dispomos apenas de estimativas grosseiras. Ver, a este respeito, VERMES, 1988. Cabe recordar que no domínio do occitano, a primeira sondagem não teve lugar até 1991, cf. HAMMEL e GARDY, 1994.

análise, a evolução apresenta três traços salientáveis: a progressão rápida do francês e a sua preeminência, o retrocesso do dialecto, e o carácter problemático das percentagens de conhecimento declarado do alemão.



1. O conhecimento declarado do francês e do dialecto

Por razões diversas e complexas que apontariam, pelo menos em parte, cara ao "politicamente correcto", a pergunta do conhecimento do francês já não foi mais formulada desde 1962. Embora as projecções do I.N.S.E.E. –que prognosticavam uma taxa de conhecimento dos 99% em 1976– não permitam concluir a competência real da totalidade da população dialectófona na actualidade, o francês constitui para todos os falantes e em todas as situações, a língua "legítima" na acepção de Bourdieu.

O alsaciano –que durante muito tempo tem sido uma das línguas regionais melhor conservadas da França– participa na actualidade do retrocesso das variedades dialectais que se manifesta, com excepções, noutros países da Europa ocidental. Entanto entre 1931 e 1962 o conhecimento declarado do dialecto permanece relativamente estável (entre perto dos 91 e 85%), os anos 60 marcam verdadeiramente o início de uma regressão do dialecto que vai intensificando-se e que se traduz, entre 1962 e 1992, numa diminuição de cerca de 25%.

Se a vitalidade do dialecto parece ainda considerável (a sondagem DNA/CSA-Opinion de 1998⁴ revela que um alsaciano de cada dois declara "falar com fluência") em relação a outras regiões periféricas francesas, deve ser relativizada pelo menos por três razões.

Com efeito, existe, como mostrou Calvin Veltman (1982), a partir de dados não publicados do I.N.S.E.E. de 1979, uma brecha importante entre o uso potencial (que permite a competência declarada) e o uso real. No conjunto das famílias alsacianas onde os dois cônjuges declaram saber falar o dialecto, a taxa de perda do dialecto no uso real é de 34,2%. Esta taxa passa a 56,5% nas famílias cujos cônjuges têm entre 25-34 anos e estão, conseqüentemente, na idade de ter crianças.

4 Sondagem DNA/CSA-Opinion realizada os dias 18 e 19 de Junho de 1998 sobre uma amostra de 503 pessoas representativa da população alsaciana de 18 anos ou mais (método das quotas). Em *Dernières Nouvelles d'Alsace* do 2.7.1998, p. Re 1.

A necessidade de correlacionar, além disso, o conhecimento declarado do dialecto com a idade põe-se de manifesto em todas as análises⁵ e vê-se confirmada por uma sondagem recente de 1998.

Tabela 2. Conhecimento declarado de alsaciano em função da idade e do sexo

	Fala-o com assiduidade	Fala-o esporadicamente	Compreende-o, mas não o fala	Nem fala nem compreende
TOTAL	51%	11%	17%	21%
Homens	57%	9%	19%	15%
Mulheres	44%	14%	16%	26%
18 - 24 anos	22%	15%	24%	39%
25 - 34 anos	33%	11%	27%	29%
35 - 49 anos	49%	16%	13%	22%
50 - 64 anos	67%	9%	13%	12%
65 anos ou mais	79%	5%	10%	6%

Fonte: DNA/CSA 1998

Em 1995,⁶ os valores correspondentes às faixas de idade infantil (6,5% entre 3-6 anos / 14,5% entre 6-11 anos) são reveladores duma fraca competência declarada. Cumpre, contudo, ressaltar que estes números estão baseados nas declarações dos professores e que não permitem fazer um prognóstico sobre a competência e o uso linguísticos dos futuros adultos. Embora as diferenças ligadas à geografia do uso dialectal não figurem nestas indicações quantitativas, o número de dialectófonos declarados nesta fracção de idade é três vezes maior no norte que no sul da Alsácia..

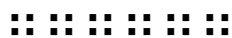
Todas as análises convergem, em definitiva, para indicar que a combinação dos dois parâmetros "mulher" + "em idade de ter crianças não adultas" acelera o

5 Veja-se a este respeito, BOTHOREL-WITZ/HUCK, 1995, 1996.

6 Fonte: Mission Académique des Enseignements Régionaux et Internationaux (M.A.E.R.I.), *L'enseignement des langues dans l'Académie*, Académie de Strasbourg, Rectorat, Março 1994, Março 1995.

retrocesso do dialecto em favor do francês. Esta tendência é posta em evidência a partir de 1981 (no meio rural numa forma ainda mais marcada) por Andrée Tabouret-Keller e Frédéric Luckel. As mulheres, em especial no seu papel como educadoras e garantes do porvir social das suas crianças, constituem assim vectores de “afrancesamento”. Esta constatação –que parece geral na França (Baylon, 1991, 117; Hammel/Gardy 1994, 63-69)– resulta válida também para outros espaços: na Alemanha, Brigitte Schlieben-Lange (1991, 141) faz observações semelhantes sobre o papel das mulheres na não-transmissão do dialecto.

Reproduzindo as condutas das suas mães, as raparigas falam menos o dialecto do que os rapazes (Ladin, 1982; Denis/Veltman, 1989).



2. As práticas e os usos declarados do francês e do alsaciano

No que diz respeito das práticas e os usos linguísticos, o falante dialectófono alsaciano vê-se empurrado a fazer uma escolha entre o francês (nas suas diferentes variantes orais) e o dialecto, não tendo nunca desfrutado o alemão oral numa existência social na Alsácia. Simplificando a realidade, sem não obstante chegar a deturpá-la, pode-se admitir que o emprego do dialecto diminui em função do grau de formalidade percebido, de modo que "a casa" constitui o espaço de utilização privilegiado do dialecto. A evidência de esta constatação não deve agachar as dificuldades reais numa análise das práticas das quais as indicações quantitativas, em ausência de uma observação directa, podem apenas dar conta de forma muito grosseira.

Com efeito, a "esfera íntima" não exclui estratégias linguísticas diferenciadas determinadas pelo perfil e o papel variáveis do sujeito que fala e do seu interlocutor, o contexto da interacção (lugar, tema...), as representações (percepção da situação, sentimento de não poder exprimir tudo em dialecto, etc.). Resulta assim que as categorias teórico-descritivas preexistentes que delimitam "a situação" e "o domínio de aplicação" não podem dar conta dos factores tanto objectivos como subjectivos que, na interacção, determinam as regras que contribuem para a construção das relações com o outrem e, em consequência, a escolha dum código. Também nos parece pertinente aplicar, tomada de Bourdieu, a noção de "situação" aos participantes no intercâmbio e às relações interpessoais que se instauram entre os mesmos: "A relação entre duas pessoas pode ser tal que é suficiente a simples presença dum deles para impor ao outro sem mesmo pretendê-lo, nem muito menos

de ordená-lo, uma definição da sua própria situação (...) que é ao mesmo tempo tão absoluta e tão indiscutível que não precisa nem mesmo ser enunciada" (Bourdieu, 1982, 38).

A ideia de que são muitas as relações de força simbólicas que regulam os intercâmbios linguísticos emerge no discurso epilinguístico dos falantes alsacianos: estes procuram antes que nada amoldarem-se às expectativas supostas ou reais do interlocutor, de modo que o francês faz a sua aparição entanto o interlocutor ou a situação não impuserem o uso do dialecto. Do ponto de vista dos sociolinguistas "conflitualistas", sem dúvida não é exagerado falar, de acordo com Kremnitz (1990), duma atitude de "submissão linguística". Resulta pois que a escolha dos códigos (dialecto ou francês) surge mais duma apreciação subjectiva e duma estratégia pessoal que das circunstâncias objectivas da situação, leia-se da funcionalidade real dos códigos. Caminhamos logo cara a uns comportamentos linguísticos de carácter mais individual que marcam uma certa ruptura com os comportamentos da imediata pós-guerra.

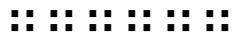
As representações das práticas linguísticas que os falantes revelam no discurso vêm relativizar consideravelmente os dados quantitativos. Embora o dialecto possa exercer uma função vernacular⁷ na esfera familiar, ou mesmo no círculo de amizades, pode ser relegado de maneira muito aleatória pelo francês, de modo que qualquer prognóstico sobre a escolha de código torna-se cada vez mais problemático, incluindo a comunicação com os ascendentes. Devido ao carácter imprevisível e individual das estratégias efectivas, a noção de diglossia, mesmo assimétrica,⁸ já não dá conta das práticas e dos usos que determinam as funções do francês e do dialecto.

Mais um dos traços salientáveis das mudanças em curso reside na perda de funcionalidade do dialecto. O processo de substituição (Hartweg, 1988, 46), que intervém em domínios muito tempo reservados exclusivamente ao dialecto, tem repercussões concretas sobre a transmissão. No que respeita aos possíveis espaços de transmissão do dialecto, parece, com raras excepções, que o espaço familiar constitui, nas representações dos falantes, o quadro privilegiado. Os revezamentos externos que podiam, no passado, constituir "a rua" ou "os amigos" não estão já em condições de assegurar este papel (Huck, 1997b).

⁷ Utilizamos a noção vernacular no sentido dum código utilizado entre iguais linguísticos.

⁸ Para a noção de diglossia assimétrica, veja-se HARTWEG, 1988, 46.

O papel que poderia, por último, jogar a escola como espaço de transmissão suscita discursos muito contraditórios e ambíguos por parte dos implicados. No segmento de 18-24 anos, teríamos, de acordo com uma sondagem recente CSA-Opinion/DNA de Junho de 98, uma proporção de 63% de não dialectófonos contra 37% de dialectófonos. Neste último grupo, os dialectófonos passivos e activos (os que declaram "falar quotidianamente") representariam respectivamente 24% e 22%. Para esta mesma faixa de idade, uma sondagem ISERCO de 1991 indica, com toda lógica, que apenas 19% de entre eles tencionam transmitir o dialecto aos seus descendentes. Por enquanto, nos nossos próprios inquéritos, os jovens que manifestam a intenção de não transmitir a fala dialectal às suas crianças, invocam a não funcionalidade do dialecto e a sua duplicidade com o francês, uma competência dialectal deficiente, ou mesmo uma eventual heterogeneidade linguística dos casais.



3. O conhecimento e as práticas declarados do alemão:

As percentagens de conhecimento declarado do alemão revelam os aspectos mais paradoxais e contraditórios da situação alsaciana. Estes manifestam-se, já entre 1962 e 1979, no avanço de perto de 18% do conhecimento declarado do alemão (cf. Tabela 1 no anexo). A questão de saber se a competência declarada foi sobrestimada ou se gozaria de mais prestígio o conhecimento do alemão standard que o do dialecto continua sem resposta.

Num passado mais recente, os valores muito semelhantes do conhecimento declarado do alemão por um lado (62% em 1989), e do dialecto pelo outro (60% em 1992, 62% em 1998) são sem dúvida surpreendentes. Se consideramos a funcionalidade das línguas coexistentes, o alemão é efectivamente a variedade que desempenha o papel mais periférico. A mudança profunda que altera as funções e os usos das línguas coexistentes, contribui, em especial a partir dos anos 70, para reduzir a importância do alemão escrito em Alsácia. Excepção feita dos documentos eleitorais redigidos em francês e alemão, duma literatura regional de expressão alemã que adoce duma grande fragilidade⁹, a produção escrita dum alemão "endógeno"¹⁰ limita-se à imprensa e, mais particularmente, à edição bilingue dos dois diários regionais. Entanto que, até os anos 60, a tiragem da imprensa regional diária

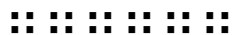
9 Apenas os autores nascidos antes da última guerra mundial escrevem as suas obras em alemão, cf. HARTWEG, 1988,.83/HUCK 1999a.

10 Para as características estruturais deste alemão endógeno, veja-se HUCK, 1999a.

"bilingue" continua a ser superior à da imprensa monolíngue, as proporções inverteram-se de maneira drástica mais adiante: a edição bilingue representa, respectivamente, 11,9% da tiragem de *Dernières Nouvelles d'Alsace* (1998) e 7,83% da tiragem de *L'Alsace* (1995). Uma sondagem sobre as edições diárias durante uma semana (Junho de 1999) de *Dernières Nouvelles d'Alsace* mostra que a extensão média dos textos redigidos em alemão é de 17,5%.¹¹

É, além disso, notável que o único diário bilingue (*Le Nouvel Alsacien / Der Elsässer*) deixou de ser editado contra finais dos anos 80.¹² Com excepção do seu possível emprego como língua litúrgica, o alemão na sua forma oral, que nunca a vernacular dos alsacianos, é objecto de uma recepção passiva através dos meios de comunicação exógenos em língua alemã.¹³ Ao contrário que os dialectos alsacianos, cuja presença varia segundo as emissões, o alemão é pouco utilizado nos meios de comunicação audiovisuais regionais.

Podemos concluir a partir duns três centos inquéritos efectuados a falantes alsacianos dialectófonos (os quais apresentam características geográficas e sociológicas muito variadas) que existe um desfase real entre o conhecimento declarado e o uso do alemão. À pergunta de com quem, onde e quando, os sujeitos utilizam o alemão, a imensa maioria declara ter uma prática ocasional, ou mesmo infrequente do alemão (viagens, excursões à Alemanha).



11 Veja-se HUCK, 1999b. De acordo com a disposição de 13 de Setembro de 1945 que regulamenta o uso das línguas na edição bilingue, a proporção de textos em francês não deve ser inferior a 25%.

12 Para ampliar a informação sobre a evolução da imprensa regional bilingue, ver HUCK, 1999b.

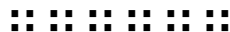
13 Segundo uma sondagem do IFOP de 1991, dois terços da população alsaciana declara seguir emissões em língua alemã, sem precisar que tipo de emissões (variedades, emissões desportivas, informativos, talk-shows...) têm a maior audiência e qual poderia ser o seu impacto linguístico. Veja-se também HUCK, 1997a.

Aproximação psicosociológica

As representações das línguas e as atitudes que geram

Arredor das noções de representações e atitudes,¹⁴ tomadas da psicologia social e experimental, edificou-se uma matéria que chegou a ser central nas ciências humanas em geral, e na sociolinguística do contacto entre línguas em particular. A definição canónica das representações sociais (Jodelet, 1993, 39-46) refere-se a um "saber do sentido comum" socialmente elaborado e compartilhado, transmitido pela tradição, as instâncias educativas (escola, família), o que não exclui contributos mais individuais procedentes da experiência vital. Situadas na interface do psicológico, do social e do cognitivo, as representações servem de sistema de orientação das condutas e de interpretação do real.

As representações da linguagem que se evidenciam, através do discurso epi- e metalinguístico, no que os falantes dizem, pensam e sabem (ou não) das variedades linguísticas dum sistema comum, das suas práticas linguísticas e das dos outros são úteis para compreendermos as condutas e os usos, centrando-nos nas causas determinantes mais centrais.



1. As representações do francês:

Quando aos falantes dialectófonos (activos ou passivos) demanda-se que façam uma classificação hierárquica das línguas coexistentes, o francês, independentemente do critério utilizado (funcionalidade, estatuto, valor social, etc..) ocupa quase sempre o primeiro lugar. Geralmente, o dialecto e o alemão, respectivamente, são citados em segunda e terceira posição. Noutras palavras, o francês constitui o sistema-padrão a respeito do qual se medem os atributos, as funções e os valores sociais das outras duas variedades.

14 Numas 300 entrevistas semi-dirigidas (com uma duração média de 1h30), sujeitos dialectófonos (activos e passivos) revelam, através do discurso meta- e epilinguístico, diversos aspectos da sua consciência psico-sociolinguística. Escolheu-se um questionário aberto que serve de armação à entrevista e que se organiza arredor de seis temas: 1. Delimitação do espaço vital e linguístico de pertença / 2. Auto-avaliação da competência linguística em alsaciano, francês e alemão / 3. Representações das normas linguísticas das três variedades / 4. Representações da variação (alsaciano, francês, alemão) / 5. Representações das práticas linguísticas / 6. Ideologia linguística do falante (relações língua / identidade, dialecto / escola, etc.). Para ler o questionário e uma descrição das tendências gerais, veja-se BOTHOREL-WITZ/HUCK, 1995.

Numa primeira análise, a noção mesma de "bom francês" identifica-se com um único código-norma prescritivo e invariável que implica a ideia de conformidade a uma regra. Os inquéritos realizados noutras regiões da França revelam tendências análogas, de modo que a aceitação duma norma exclusivamente prescritiva resulta ser o critério mais corrente. Este código, que se considera mais elevado do que as práticas efectivas, é de condição tão exógena que as referências normativas situam-se sempre num "outro lugar" que é de natureza variável. Quando o "outro lugar" é geográfico, o sujeito recorre a certos estereótipos (Paris, La Touraine, etc.), a menos que se apoie sobre observações procedentes da sua própria experiência (Lille, Les Landes, etc.). A referência normativa pode também ser de natureza social ou empresarial: na medida em que a escola representa o espaço institucional onde se exerce esta norma, os sujeitos que têm a possibilidade de se apropriar dela constituem então o grupo de referência (os que fizeram estudos, professores, personalidades políticas nacionais, profissionais da palavra). O "outro lugar" é menos frequentemente de natureza temporal: os falantes alsacianos idosos que foram, quando menos em parte, escolarizados em alemão pensam que o "bom" francês é o falado pelos jovens que o aprenderam na escola. Em linhas gerais, o representante desta variedade idealizada possui três atributos: é Francês do "interior", jovem e cultivado. Esta visão muito saussuriana da língua reporta-nos assim a um sistema de representações que o Estado, a Escola, o grupo dominante construíram e que se impõe a todos e cada um dos falantes.

A sujeição a este modelo ideal, fora do campo competencial dos falantes, tem por efeito uma subvalorização da própria competência em francês. Esta auto-desvalorização consiste "num decurso em dois tempos: primeiro uma reificação da língua restringindo-a à norma escolar fixada, depois uma espécie de fetichismo que consiste em atribuir a estas normas os valores sociais e ideológicos ligados à globalidade da língua francesa assim reduzida previamente" (Robillard, 1996 de, 95). Embora esta redução possa manifestar-se com mais ou menos intensidade e em formas variáveis de acordo com a idade e o perfil sociocultural, fica contudo como uma constante, mesmo nos sujeitos mais escolarizados. Parece que nestes últimos, que dispõem dum repertório verbal mais extenso (francês standard), a redução traduz a vontade de não se dessolidarizar do grupo endógeno; e confirma também o papel limitado que joga a escola¹⁵ na atenuação deste complexo. A pronunciada consciência da norma legítima e o sentimento de não adequação geram uma

15 Esta mesma observação foi feita por FRANCARD, 1993, para a comunidade francesa da Bélgica.

insegurança linguística que é "a manifestação duma malograda procura de legitimidade" (Francard, 1993, 13).

Se este fenómeno –que, no discurso epilinguístico, aparece mais ou menos abertamente tanto no que é dito quanto na maneira de dizê-lo– deve correlacionar-se com os grupos sociais (a insegurança é máxima nos grupos com práticas pouco legítimas que procuram uma forma de mobilidade social), é particularmente manifesto nos contactos assimétricos entre línguas e, nomeadamente, em espaços francófonos (Valónia, Suíça francófona) e crioulófonos,¹⁶ mas também em regiões francesas periféricas como a Alsácia. Notará-se, em contrapartida, que na Córsega, os falantes têm, contrariamente, o sentimento de falar "um muito bom francês, (...) o francês por excelência" (Dalbera-Stefanaggi, 1991, 170).

"Subordinados de facto ao padrão único, os particularismos encontram-se [assim] rejeitados ao inferno dos regionalismos, das expressões viciosas e das faltas de pronúncia que sancionam os mestres de escola" (Bourdieu 1982, 40). É por conseguinte muito lógico que a variedade de francês falado na Alsácia ("francês regional") colaria-se, em certa forma, como um intruso no discurso dos falantes. É designado por defeito, na medida em que é assimilado à representação mais negativa do "acento" alsaciano, aquela que é condicionada pela olhada suposta ou real do grupo exógeno. Esta variedade classificatória –que categoriza o falante etnogeograficamente e não menos sociologicamente excluindo-o da zona legítima– não tem o mesmo estatuto sociolinguístico que as outras variedades coexistentes e não recebe o mesmo tratamento por parte da sociedade. Podemos conjecturar que nunca é reivindicada como sinal positivo de identidade porque é o símbolo da germanidade, a diferença do dialecto que ficaria como emblema de alsacianidade.

Podemos recordar, seguindo a Georges Bischoff (1993, 42), que a imagem do alsaciano e do seu traço distintivo, o acento, "foi elaborado nos campos de batalha, nos hotéis do Faubourg Saint-Germain" e aparece no imaginário francês como "a imagem do alemão acompanhado do seu pesado acento". Nas representações, o francês regional de Alsácia constitui uma variedade defeituosa e é da competência, em certa forma, da norma do "proscrito". Como estratégia de driblagem, ou mesmo de compensação, certos informantes, entre os mais jovens, situam-se numa perspectiva comunicativa que autoriza uma forma de desvio não categorizante.

¹⁶ Veja-se, principalmente, BAVOUX (1996), FRANCARD (1993), GUEUNIER e col. (1978), PIETRO (1995).

Destarte, referem-se então a um francês "comum" ou "corrente", a uma norma de uso ou comunicativa, e ao "normal".



2. As representações do dialecto

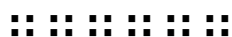
As representações do dialecto, geralmente, são sobredeterminadas pelas representações do francês. Em oposição à visão unitária do francês e em total conformidade com as opiniões da dialectologia tradicional, o dialecto está, em contradição com a denominação "alsaciano", fortemente associado às variações no espaço. Embora as variações diatópicas sejam consideradas como inerentes à variedade dialectal, suscitam representações fundamentalmente negativas nos falantes jovens que o consideram como um obstáculo para a intercompreensão. Esta representação permite-lhes, paralelamente, justificar o recurso a uma *língua franca*, o francês e, em certa forma, a perda de funcionalidade dos dialectos.

Quando aos sujeitos se pergunta o quê consideram um dialecto, define-no muito naturalmente por oposição ao francês identificado como o código-norma. Como noutras regiões dialectófonas da França, o carácter eminentemente oral do dialecto relega-o ao estatuto de não-língua. Os traços definitórios, "não normalizado", "não escrito" "sem gramática", com as conotações negativas que os acompanham, vêm confirmar a ideia por muito tempo admitida pelos linguistas, de que "a palavra, é decididamente outra coisa que a língua" (Culioli, citado por Gadet, 1989, 40). O facto de que o código dialectal possa ser um dos recursos para dar um sentido às práticas da linguagem, que estas práticas "obedecem à uma sintaxe, uma morfologia e uma fonética geralmente rigorosas" (Poche, 1987 de,.93) não transparece apenas no discurso.

A visão romântica dum dialecto puro e autêntico, não marcado pelas interferências com o francês, é muito predominante independentemente do perfil do falante. Resulta que aquilo que perfila a "norma dialectal" é identificado com a variedade sociolectal do grupo de falantes idosos, rurais, pouco móveis que constitui o objecto mítico da geolinguística dialectal tradicional. A valorização desta norma museográfica que os falantes de mediana idade consideram com nostalgia e que os jovens situam fora do campo da sua competência tem como corolários os traços de "não-modernidade" e "não-urbanidade" que nos remetem, em negativo, aos atributos do francês.

A auto-avaliação das competências dialectais é determinada pela pertença aos pólos "tradição" versus "modernidade" e pelo uso. A boa competência dialectal que reivindicam os falantes do pólo "tradição" é posta em relação com o facto do dialecto constituir a "língua natural", a "língua materna" no duplo sentido de primeira língua falada e de língua usual. Nos falantes do pólo "modernidade" (mais particularmente na fracção de idade dos 18-25 anos), a forma de incompetência mais ou menos marcada que a maior parte entre eles se auto-diagnostica está ligada a um uso intensivo do francês e, paralelamente, uma prática dialectal limitada. As relações entre o dialecto e o francês parecem mutuamente excluínτες, dado que a competência num dos códigos é adquirida unicamente a expensas do outro. Estas representações parecem traduzir os efeitos duma política linguística escolar que por muito tempo tem tido por objectivo prioritário a aquisição do francês. O facto de que os traços estruturais da variedade dialectal dos falantes que têm uma prática regular ou intensiva do francês possam derivar-se duma evolução normal ou marcar a pertença a um outro mundo sociocultural nunca é considerado. Esta atitude testemunha, à margem das políticas actualmente postas em prática, uma visão negativa do contacto entre línguas.

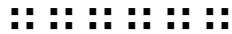
É finalmente na dimensão identitária, por um lado, e na dimensão afectiva, por outro, onde o dialecto não entra em concorrência com o francês. Embora nos falantes do pólo "tradição", o dialecto que falam fique como o indicador mais importante da identidade alsaciana, o conhecimento e a prática da língua tornam-se mais simbólicos nos falantes do pólo "modernidade". Estes elementos estão a ser progressivamente relegados, como o mostram os nossos próprios inquéritos, por outros índices identitários ("viver em Alsácia", "conhecer a sua história, as suas tradições", etc.)." De acordo com Josiane F. Hamers (1997), esta presença mais simbólica não tenderia a favorecer uma possível mobilização do grupo etnolinguístico. O *Rapport d'étude sur l'identité régionale* de Setembro de 1996 (ISERCO Consultants / DNA) mostra, além disso, que uma "identidade linguística moderna" passa, para 69% das pessoas interrogadas, pelo ensino precoce de línguas estrangeiras europeias e, para 31%, pela prática dialectal.



3. As representações da alternância de códigos:

Perpetuando a visão romântica dum dialecto puro, autêntico, os sujeitos assimilam a alternância de códigos –que pode, em outras situações de contacto de línguas, ser percebida como modo de expressão específico do bilingue– a uma

violação da língua. O seu emprego é negado quase sempre pelos que a praticam. Assim "qualquer mestiçagem, qualquer que for, e ainda que esta se manifeste, no seu contexto social próprio, como uma resposta criativa e adequada" (De Pietro 1988, 78) gera uma reacção purista.



4. As representações do alemão

A auto-avaliação das competências em alemão dá lugar a discursos muito contrapostos. No grupo dos falantes mais idosos para os que o dialecto representa a língua usual, a auto-avaliação muito positiva da competência em alemão pode chegar à sobrestimação. Esta competência percebida como uma boa competência de comunicação ("defendo-me", "posso fazer-me compreender") é o corolário duma prática dialectal regular e, contrariamente, um uso pouco frequente do francês. No grupo de mediana idade, as apreciações da competência variam em função do nível de instrução e da actividade profissional. Como regra geral, os informantes reconhecem em si uma competência de descodificação e um tipo de fluência na expressão oral segundo a qual uma variedade de alemão dialectalizado pode, se for necessário, revezar o standard.

Em contrapartida, a expressão escrita, salvo excepções, é julgada como difícil, ou mesmo problemática. Reproduzindo a visão unitária do francês reduzido a código-norma prescritivo, os falantes jovens evidenciam uma representação muito académica dum alemão que identificam com uma língua estrangeira e que se esforçam em falar como a aprenderam na escola. Resulta que a competência normativa prevalece sobre a competência comunicativa. Neste sistema de representações, o dialecto pode constituir a causa de incorrecções linguísticas. Na medida, no entanto, em que o alemão não se acha investido dos mesmos valores sociais e simbólicos que o francês, tais incorrecções não constituem verdadeiramente elementos classificatórios que categorizariam o falante geograficamente e o excluiriam duma zona legítima.

Em conjunto, se consideramos os diferentes grupos de falantes (nas faixas de mediana idade e jovens), a auto-avaliação das competências em alemão contrasta com a percentagem elevada dos conhecimentos declarados desta mesma língua (cf. supra).

As representações do alemão revelam aspectos muito contraditórios que confirmam a complexidade da situação alsaciana. Quando o alemão é considerado

nas suas relações com os dialectos alsacianos, a questão da similitude das duas variedades, o problema da categorização dos dialectos alsacianos como dialectos do alemão constitui um tema com uma forte carga ideológica que gera, quase na totalidade dos sujeitos, um embaraço real. A análise do discurso revela condutas linguísticas hesitantes que se traduzem por autocorreções, enunciados incompletos, pausas vazias ou cheias, uma ruptura da linha argumentativa, solicitações de anuência, etc.).

Acontece, enfim, que para escapar a qualquer intuito de categorização, certos sujeitos optam por uma solução de compromisso considerando o dialecto como o produto de uma mestiçagem linguística que testemunha a agitada história da Alsácia. É notável que a mestiçagem linguística, que possui conotações muito negativas enquanto forma de expressão, constitui, neste contexto específico, uma possível saída de socorro.

Noutras palavras, quando os sujeitos expõem as suas representações do alemão em relação com o dialecto optam, em geral e independentemente do grupo a que pertençam, por estratégias de distanciamento que tendem a encerrar o dialecto num espaço fechado e a fazer do alemão uma língua estrangeira de proximidade que nos remete a outra entidade estado-nacional.

Face ao francês que funciona como o símbolo da legitimidade, o prestígio e a modernidade, o alemão achega-se, nas representações, à variedade dialectal, no facto de que os dois - reunidos para uma boa causa - remetem-nos, contrariamente, a um grupo de falantes ancorado na tradição, o passado, e no que o dialecto constitui o vernacular e o alemão, a língua de cultura.

Em total contradição com as representações do alemão na sua relação com os dialectos ou face ao francês, os falantes elaboram outro tipo de raciocínio quando se acham no terreno dos desafios socio-educativos ou económicos. Nesta perspectiva económica que marca também as políticas linguísticas escolares actuais, a imagem do alemão associado ao mercado de trabalho apresenta conotações muito positivas. Podemos recordar que o conhecimento do alemão é julgado muito útil pelos 68% das pessoas interrogadas¹⁷ e bastante útil pelos 29%. O papel que podem desempenhar os dialectos, previamente desligados do alemão, como alavanca de acesso à aprendizagem do alemão, ou mesmo do inglês, é posto de relevo pela maioria dos sujeitos. Esta funcionalidade do dialecto na aprendizagem do alemão, ou mesmo o

17 Citado por HUCK, 1997a.

inglês, entra assim em conflito com a representação muito extendida duma prática dialectal que obstruiria a aquisição do francês. Observa-se uma contradição evidente entre o papel que poderia desempenhar o dialecto na aquisição do alemão e a aceitação tácita da sua perda de funcionalidade e, por conseguinte, da sua não-transmissão.

Estes indícios testemunham um sentimento de insegurança que transparece tanto no fundo como na forma do discurso. Esta incomodidade pode ter causas diferentes. Pode resultar da ausência, na memória colectiva, da história linguística da Alsácia: a investigação das origens do dialecto quer num passado obscuro quer um passado muito recente (após 1870) é reveladora a esse respeito. Este embaraço pode também ser a manifestação dum conflito larvado entre a realidade objectiva, o empírico, e o imaginário, entre a procura da diferenciação ao mesmo tempo que a sua rejeição. Põe-se de manifesto, como o mostrara Maurice Halbwachs (1925), que a restituição da história é condicionada pelo contexto social e empresarial actual. Tudo se passa como se o falante procurasse reconstruir referentes históricos colectivos que sejam mais conformes com os vectores de modernidade e a imagem que desejam dar de si. Para tal fazer, os dialectos são em certa forma desligados do alemão e privados da sua língua-tecto histórica. Esta forma de autonomização reflecte-se também na denominação do código dialectal: o glotónimo *alsaciano* / *Elsassisch* foi substituindo progressivamente o de *alemão* / *Ditsch* e o de *alemão alsaciano* / *Elsasserditsch*.

A parte que lhe corresponderia em contrapartida, ao conhecimento do alemão na aprendizagem do dialecto ou o regresso à fala dialectal é evocado muito raramente pelos informantes, como se esta possibilidade se situasse à margem da realidade.

■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■

Perspectivação das políticas linguísticas escolares (escola elementar) e das representações

Esta perspectivação tenta mostrar o papel das políticas linguísticas do passado na construção das representações das línguas (francês, dialecto, alemão) ao mesmo tempo que a possível incongruência entre as medidas políticas recentes que marcam uma ruptura com o passado e as expectativas dum corpo social cujas representações têm evoluído menos rapidamente.

Os efeitos duma política escolar, da qual até os anos 70 a preocupação principal era a aquisição do francês, manifestam-se na representação ilusória do francês, na idealização prescritiva e, paralelamente, a auto-desvalorização das próprias competências linguísticas. A ideia claramente expressa nos textos regulamentares do passado de que a competência em francês adquire-se apenas a expensas dum outro código não é sem dúvida alheia à reticência que também manifestam os pais dos alunos das regiões "mais dialectófonas" em relação aos centros bilingues com paridade horária¹⁸ (francês / alemão).

O jogo alternado de distanciamento e de aproximação com o alemão que se evidencia através do discurso epilinguístico constitui uma reprodução das tergiversações e as reviravoltas das políticas linguísticas educativas das quais o período 1920-1927 torna-se revelador.¹⁹ O papel de "língua auxiliar e acessória"²⁰ que é atribuído ao alemão encontra a sua justificação na grande proximidade linguística postulada com os dialectos.²¹ No fim deste período (1926/1927), o acento é, pelo contrário, colocado sobre as diferenças entre o alemão e o código dialectal. Põem-se assim as primeiras bases duma política linguística geo-económica: o alemão torna-se "uma língua vizinha útil à profissão futura".²² Noutras palavras, entre 1920 e 1927,

18 Veja-se HUCK, 1995.

19 Veja-se BOTHOREL-WITZ, 1997.

20 Cf. O ensino da língua francesa e da língua alemã nas escolas da Alsácia e a Lorena, Instruções do Reitor da Académie (15 de Janeiro de 1920). No *Bulletin de l'Enseignement du département du Bas-Rhin*, 1º ano, nº 2, Junho de 1920, 42.

21 *Ibid.*, p. 40 "O parentesco entre o alemão e o dialecto alsaciano é demasiado grande para que, ajudado do dialecto, o alemão ensinado em primeiro lugar não o faça prevalecer, afinal de contas, sobre o francês". / *ibid.* p. 43: "Os progressos nesta língua (o alemão) serão rápidos. Graças ao dialecto, a aquisição do vocabulário e a correcção da pronúncia não apresentarão nenhuma dificuldade; e, por outro lado, sabendo ler em francês, a criança lerá sem esforço em alemão."

22 Instruções complementares de 31 de Janeiro de 1927 do Reitor. No *Bulletin de l'Enseignement du département du Bas-Rhin*, 8º ano, nº 1, Janeiro-Fevereiro de 1927, 15.

através das instruções duma mesma autoridade escolar, as disposições e os argumentos contraditórios inscrevem-se na lógica duma política que visa fazer do alemão uma língua estrangeira de proximidade.

Não é surpreendente que nos anos 80, que marcam uma verdadeira ruptura com as políticas anteriores, o discurso oficial que procura legitimar o ensino do alemão na Alsácia suscita uma verdadeira fragmentação entre a vontade política por um lado, e as representações e as expectativas dos corpos social e docente, pelo outro. Este desfazamento torna-se manifesto quando o alemão, sob a sua dupla forma, falado (dialectal), escrito (alemão standard), torna-se em 1985 "uma das línguas regionais da França" ao mesmo tempo que é "a língua do vizinho".²³ Tal redefinição das relações entre o alemão e os dialectos, o reagrupamento de dois códigos sociolinguisticamente diferentes, o alemão e o dialecto, sob o termo de "língua regional" implica um acto de categorização e uma redefinição das fronteiras subjectivas. Ora, o distanciamento entre o alemão e os dialectos (que se põe de manifesto no discurso epilinguístico) confirma a transformação duma fronteira política numa fronteira linguística subjectiva. Esta discrepância não é sem dúvida alheia ao facto da política escolar ter ido progressivamente desviando-se duma orientação abertamente regional para praticar uma política linguística mais geo-económica e geopolítica (Huck 1995b, 120).

As representações do dialecto como "não-língua", a sua definição por traços subtractivos (não normalizado, não escrito, etc..) reproduzem a ideia muito presente, nos textos regulamentares, de que uma língua que existe na prática e que não é sustentada sobre as duas colunas representativa e normativa (Quéré, 1987,.62) é um código de estruturas rudimentares. É assim que, nas *Instructions Rectorales* de 31 de Janeiro de 1927 (p. 15), lê-se sob a pluma do Reitor Charlety: "Creio observar que em várias circunstâncias, a simplicidade gramatical do dialecto, que se opõe, na mente da criança, à complicação das declinações e as conjugações alemãs, desorientava ligeiramente o aluno no estudo do alto alemão".

Num passado mais próximo, uma nota de serviço de 1987²⁴ relativa ao ensino precoce do alemão mostra até que ponto esta visão reducionista do dialecto ainda persiste: "por diversas razões, os dialectos não operam ao mesmo nível de

23 Cf. DEYON P. (5 de Julho de 1985) O programa "*Langue et culture Régionales*" na Alsácia. *Bilan et perspectives*, Junho de 1982 - Junho de 1985, Académie de Strasbourg, 9.

24 Cf. Nota de Serviço n° 87-035 de 15 de Janeiro de 1987 dirigida os aos reitores, aos inspectores da Académie, aos inspectores departamentais da Educação nacional, aos directores e directoras de "écoles normales" e aos instrutores relacionados com o "ensino precoce do alemão".

complexidade que o alemão falado correctamente" ou ainda: "partiremos do modelo mais eficiente, da *Hochsprache*, percebida, desde o princípio, como um todo coerente". Apesar das relações de solidariedade entre o alemão e os dialectos que implica a definição de "língua regional" (1985) por um lado, e da vontade afirmada "de tirar partido do fundo dialectal"²⁵ por outro lado, tal visão do código dialectal tem consequências significativas.

No que respeita ao ensino do alemão na Alsácia, não tende a favorecer a elaboração duma metodologia de ensino (na escola elementar) que se apoie realmente sobre a dialectofonia das crianças. É forçoso constatar que com excepção de algumas tentativas, não muito sucedidas,²⁶ tal instrumento pedagógico está ainda ausente da escola elementar.²⁷

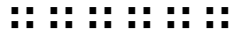
O processo de valorização dos dialectos que, em 1982, se traduz na vontade declarada de incentivar a prática da "língua materna" na escola pre-primária teve poucos efeitos práticos (Huck, 1999b). O emprego do conceito mítico de "língua materna" em referência aos dialectos resulta dum acto de categorização que tende a provocar uma perturbação do ambiente social, a conduzir os agentes a reexaminar a classificação dos actores sociais (e das suas línguas) e, em consequência, a reconsiderar o seu lugar e o dos outros (Wald, 1987, 106-108). A ambiguidade do discurso epilinguístico traduz-se em posições inconciliáveis: o desejo de ver a escola funcionar como um possível espaço de transmissão do dialecto e, conjuntamente, o temor de estar à margem da realidade. Noutras palavras, parece que o corpo social mas também o corpo docente não estivessem em condições de resolver estes problemas. Para mais, "o uso do dialecto na escola recebeu (...) apenas um sentido funcional, com um estatuto de extrema precariedade na medida em que o francês substitui ao dialecto tão logo quanto possível" (Huck, 1997b).

25 A partir de 1985, o Reitor Pierre Deyon, fazendo inventário dos aspectos problemáticos do ensino do alemão escrito: "pudemos constatar que contrariamente ao que tínhamos dito, não se tirava realmente partido do fundo dialectal para ensinar precocemente o alemão às crianças do CM 1 / CM 2 (...)".

26 Cf. HUCK, 1999c: "Em 1988 aparece "um método de alemão que se dirige às aulas ou grupos de alunos dialectófonos" (CE2-CM1), *Reporter im Elsass und an der Mosel*. Para além da concepção didáctica da obra que está totalmente desfasada a respeito doutros manuais de línguas, já que case todos utilizam métodos nocionais-funcionais e comunicativos [...], este manual não se apoia em modo nenhum sobre uma reflexão contrastiva e ainda menos sobre um trabalho de toma de consciência metalinguística por parte das crianças."

27 A obra recente de HUCK/LAUGEL/LAUGNER (2000) abre o caminho para uma abordagem contrastiva dialectos / alemão

Noutras palavras, o pouco de eco que suscitam as disposições de carácter mais regionalista testemunha a divergência entre uma vontade política que marca um progresso real e um corpo social e docente cujas representações permanecem demasiado ancoradas numa ética do monolinguismo e pela aplicação de uma lei socializante que contribuiu para desalojar as crianças da sua língua materna. A dificuldade para restituir, nas representações duns e doutros, uma função social aos dialectos é reforçada pelas exigências do mercado de valores simbólico e pela ancoragem das falas dialectais num passado terminado.



BIBLIOGRAFIA

BAVOUX C. (Éd.) (1996) Français régionaux et insécurité linguistique. Approches lexicographiques, interactionnelles et textuelles. Paris, L'Harmattan.

BAYLON C. (1991) Sociolinguistique. Société, Langue et Discours. Paris, Nathan.

BISCHOFF G. (1993) L'invention de l'Alsace. In Saisons d'Alsace, Alsace imaginaire. Symboles, fantasmes et rêves, 119/1993, Strasbourg, Éditions de la Nuée bleue, 34-69.

BOTHOREL-WITZ A. (1995) Vers une redéfinition des dialectes alsaciens . Des concepts catégoriques aux variétés d'un espace plurilingue. In :J.F., P. BONNOT (Dir.), Paroles régionales, Normes, variétés linguistiques et contexte social, Strasbourg, Presses Universitaires, 217-252.

BOTHOREL-WITZ A. (1997) Nommer les langues en Alsace. In A. TABOURET-KELLER (Éd.), Le nom de langues, I. Les enjeux de la nomination des langues, Louvain : Peeters, BCILL, 117-145.

BOTHOREL-WITZ A. (1998) Variétés et variations dans l'espace dialectal alsacien. In Revue française de linguistique appliquée, Aspects de la diversité linguistique, vol. III-I/Juin 1998, 23-40.

BOTHOREL-WITZ A. (1999) L'allemand en Alsace : mythes et réalités I. Les aspects contradictoires de la place de l'allemand dans l'imaginaire des locuteurs et dans leurs productions dialectales. In F. HARTWEG / M. STAIBER (Éds.), Mémoire et frontières. Hommage à Adrien Finck, Strasbourg (à paraître).

BOTHOREL-WITZ A. / HUCK D. (1995) Des variétés dialectales aux locuteurs dialectophones alsaciens. État d'une recherche géo- et sociolinguistique. In J.F., P. BONNOT (Dir.), Paroles régionales, Normes, variétés linguistiques et contexte social. Strasbourg, Presses Universitaires, 45-96.

BOTHOREL-WITZ A. / HUCK D. (1996) Entre savoir et imaginaire. In Saisons d'Alsace, Le dialecte malgré tout. Une langue à réinventer ensemble, 1996/133, Strasbourg :Éditions de la Nuée Bleue, 41-52.

BOTHOREL-WITZ A. / HUCK D. (1998) Die Dialekte im Elsass zwischen Tradition und Modernität. Communication : Internationale Dialektologentagung «Dialektologie zwischen Tradition und Neuansätzen». 19-21.10.1998, Georg-August-Universität Göttingen (à paraître en 2000, dans les Actes du Colloque).

BOTHOREL-WITZ A. / HUCK D. (1999) La place de l'allemand en Alsace : Entre « imaginaire » et réalité. In C. CLAIRIS / D. COSTAOUEC / J.B. COYOS (Éds.), Langues et cultures régionales de France. État des lieux, enseignements, politiques. Paris, L'Harmattan, 85-103.

BOURDIEU P. (1982) Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques. Paris, Fayard.

DALBERA-STEFANAGGI M.J. (1991) Les Corses et leurs langues : science et conscience. In J.C. BOUVIER (Ed.), Les Français et leurs langues, Aix-en-Provence : Publications de l'Université de Provence, 163-181.

DENIS M.N. / VELTMAN C. (1989) Le déclin du dialecte alsacien. Strasbourg, Presses universitaires.

DE PIETRO J.F. (1988) Vers une typologie des situations de contacts linguistiques. In Langage et Société 43. Paris : Maison des Sciences de l'Homme, 65-89.

DE PIETRO J.F. (1995) Francophone ou romand ? Qualité de la langue et identité linguistique en situation minoritaire. In J.M. ELOY (Éd.), *La qualité de la langue ? Le cas du français*, Paris, Champion, 223-250.

DE ROBILLARD D. (1996) Le concept d'insécurité linguistique : à la recherche d'un mode d'emploi. In C. BAVOUX (Éd.), *Français régionaux et insécurité linguistique. Approches lexicographiques, interactionnelles et textuelles*, Actes de la 2ème Table ronde de Moufia, sept. 1994. Paris : L'Harmattan, 55-77.

DNA/CSA (1998) Sondage DNA/CA-Opinion réalisé les 18 et 19 juin 1998

FRANCARD M. (1993) *L'insécurité linguistique en Communauté française de Belgique*. Bruxelles, Français et Société 6.

GADET F. (1989) *Le français ordinaire*. Paris, Armand Colin.

GUEUNIER N., GENOUVRIER E., KHOMSI A. (1978) *Les Français devant la norme. Contribution à une étude de la norme du français parlé*. Paris : Champion.

HALBWACHS M. (1994) *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Albin Michel (1925).

HAMERS J.F. (1997) Introduction. Les situations plurilingues et leurs enjeux. In M.L. LEFEBVRE, M.A. HILY, *Situations plurilingues et leurs enjeux. Espaces interculturels*. Paris, L'Harmattan, 3-22.

HAMMEL E. / GARDY P. (1994) *L'occitan en Languedoc-Roussillon 1991*. Canet, Llibres derl Trabucaire.

HARTWEG F. (1986) *Dialektliteratur und lexikalische Entwicklungstendenzen*. In P.H. NELDE (Ed.), *Plurilinguisme en Europe et au Canada. Perspectives de recherche, Plurilingua VI*, Bonn, Dümmler, 46-53.

HARTWEG F. (1988) *L'alsacien. Un dialecte allemand tabou*. In G. VERMES (Dir.), *Vingt-cinq communautés linguistiques de la France. Tome I, Langues régionales et langues non territorialisées*, Paris, L'Harmattan, 33-86.

HUCK D. (1995a) *Deutsch weder Mutter- noch Fremdsprache. Zum Erwerb des deutschen Standards bei elsässischen mundartsprechenden Grundschulkindern : soziolinguistische, linguistische und didaktische Fragen*. In *Germanistische Mitteilungen* 42/1995, 83-102.

HUCK D. (1995b) *L'enseignement bilingue à l'école préélémentaire et élémentaire: genèse, état des lieux et problèmes [état de 1993]*. In J.F., P. BONNOT (Dir.), *Paroles régionales. Normes, variétés linguistiques et contexte social*, Strasbourg, Presses Universitaires, 113-137

HUCK D. (1997a) *Deutschunterricht für mundartsprechende Schüler im Elsass : Wenn sprachpolitische, soziologische und soziolinguistische Entwicklungen zu didaktischen Problemen werden*. In *Studia Germanica Universitatis Vesprimiensis* 1997/2, Wien, Edition Praesens, 27-47.

HUCK D. (1997b) *Incidences des représentations sur la transmission d'une langue minorée. Quelques observations liminaires*. In N. LABRIE (Ed.), *Plurilingua, Études récentes en linguistique de contact*, XX/1997, Bonn, Dümmler, 146-154.

HUCK D. (1999a) *Die deutsche Sprache im Elsass*. In E. KNIPF (Ed.), *Zur sprachlichen Situation deutschsprachiger Minderheiten in Europa (Ein Überblick)*, Budapest (sous presse).

HUCK D. (1999b) *Quelle « langue régionale » pour l'Alsace ?* In L. DABENE (Coord.), *Revue lidil, Langues régionales*, Grenoble, Presses universitaires, à paraître.

HUCK D. (1999c) L'allemand en Alsace : mythes et réalités II. L'enseignement de l'allemand aux enfants dialectophones de l'école élémentaire. In F. HARTWEG / M. STAIBER (Éds.), Mémoire et frontières. Hommage à Adrien Finck, Strasbourg (à paraître).

HUCK D., LAUGEL A., LAUGNER M. (2000) L'élève dialectophone en Alsace et ses langues. L'enseignement de l'allemand aux enfants dialectophones à l'école primaire. De la description contrastive dialectes / allemand à une approche méthodologique. Manuel à l'usage des maîtres. Strasbourg, Éditions Oberlin.

IFOP-News d'Ill (1991) Identité alsacienne : la fin des tabous. In News d'Ill, juin 1991, 4-12.

I.N.S.E.E. (1956) Aspects particuliers des populations alsaciennes et mosellanes. Langues-Personnes déplacées-Religions.

I.N.S.E.E. (1962) Recensement général de la population. Strasbourg. (Langues parlées et religions déclarées en Alsace, 1).

I.N.S.E.E. (1979) = SELIGMANN N. Connaissances déclarée du dialecte et de l'allemand. In Chiffres pour l'Alsace 4, 21-30.

I.N.S.E.E. (1980) Étude du mode de vie en Alsace. Strasbourg. (Documents pour l'Alsace, 1).

INSERCO-DNA (1986) Dialecte. Le déclin se confirme. In Dernières Nouvelles d'Alsace 17.4.1986, RéI.

ISERCO-Land un Sproch (1991/1992a) Le problème du bilinguisme en Alsace et en Moselle germanophone. Étude des motivations, attitudes et comportement du public. In Land un Sproch, Les Cahiers du bilinguisme 101/102, 11-17.

ISERCO-Land un Sproch (1991/1992b) Quelle est la demande ? Sondage auprès de 300 personnes. In Land un Sproch, Les Cahiers du bilinguisme 101/102, 21-37.

JODELET D. (Dir.) (1993) Les représentations sociales. Paris, PUF (1 1989).

KREMnitz G. (1990) Gesellschaftliche Mehrsprachigkeit. Institutionnelle, gesellschaftliche und individuelle Aspekte. Ein einführender Überblick. In Individuelle Aspekte der Mehrsprachigkeit, Wien, Braumüller, 54-70.

LADIN W. (1982) Der elsässische Dialekt - museumsreif? Strasbourg, SALDE.

POCHE B. (1988) Un modèle sociologique du contact des langues : les coupures de sens social. In Langage et Société 43, Paris : Maison des Sciences de l'Homme, 49-64.

QUERE L. (1987) Le statut dual de la langue dans l'État-nation. In G. VERMES / J. BOUTET (Dir.), France, pays multilingue. Tome I : Les langues en France, un enjeu historique et social, Paris, L'Harmattan, 59-78.

SCHLIEBEN-LANGE B. (1991) Soziolinguistik. Eine Einführung. Stuttgart, Berlin, Köln, Kohlhammer.

TABOURET-KELLER A., LUCKEL F. (1981) Maintien de l'alsacien et adoption du français. Éléments de la situation linguistique en milieu rural en Alsace. In Langages 61/1981, 39-42.

TABOURET-KELLER A. (1995) Langues en contact dans des situations linguistiquement focalisées. In J.F., P. BONNOT (Dir.), Paroles régionales, Normes, variétés linguistiques et contexte social. Strasbourg, Presses Universitaires,, 139-161.

VELTMAN C. (1982) La régression du dialecte. In Chiffres pour l'Alsace 3, 39-62.

VERMES G. (Dir.) (1988) Vingt-cinq communautés linguistiques de la France. Tome I : Langues régionales et langues non territorialisées. Paris, L'Harmattan.

WALD P. (1987) La langue maternelle, produit de catégorisation sociale. In G. VERMES / J. BOUTET (Dir.), France, pays multilingue. Tome I : Les langues en France, un enjeu historique et social, Paris, L'Harmattan, 59-78.



NOTA DA EDIÇÃO DIGITAL

A edição digital de “As línguas na Alsácia” para a Gze-ditora é uma tradução do original em francês “Les langues en Alsace”, *DiversCité Langues*, de Arlette Bothorel-Witz. O original está disponível em linha no site:

http://www.telug.quebec.ca/diverscite/SecArtic/Arts/2000/bothorel/bothorel_txt.htm

Arlette Bothorel-Witz é directora do é directora do *Groupe d'Étude sur le Plurilinguisme Européen* (GEPE) e professora na Universidade Marc Bloch de Estrasburgo.

O texto foi traduzido do francês por Edelmiro Momam, corregido por Valentim R. Fagim e formatada por Héctor Canto, que também é o autor da capa.

■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■